

MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE CATADORES E CATADORAS DE RECICLÁVEIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE EM SUAS LUTAS POR TRABALHO, RECONHECIMENTO SOCIOPOLÍTICO E CIDADANIA

Carlúcia Maria Silva¹

Renata Siviero Martins²

Resumo

O presente artigo discute, à luz dos princípios e valores da economia solidária, a pedagogia do trabalho associado como princípio educativo e analisa vivências e experiências de catadores e catadoras de recicláveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em suas lutas por trabalho, cidadania e reconhecimento social. Trabalhadores/as desempregados, que não obstante as condições de precariedade em que se encontram - e nesses tempos pandemônicos mais vulnerabilizados ainda -, persistem na busca pelo direito ao trabalho e o direito à cidade. A hipótese/problema que norteou a pesquisa foi o despontar da organização do trabalho de catadores/as de materiais recicláveis no cenário sociopolítico nacional e processos organizativos construídos, tendo como marco temporal os anos 2000–2015. Neste despontar, buscou-se compreender processos mobilizadores e emancipatórios por eles vivenciados, em suas lutas por inclusão socioproductiva, cidadania e reconhecimento social. A pesquisa foi realizada a partir de ações e intervenções executadas em conjunto com organizações da sociedade civil, gestores públicos e Universidades, tendo como estratégias metodológicas a pesquisa-ação. Além da observação direta e participante, a participação em seminários e reuniões, o diário de campo e registro de informações e observações foram instrumentos valiosos. Os resultados demonstraram o fortalecimento de processos de socialização desses trabalhadores/as e a consciência coletiva enquanto sujeitos de direitos adquiridos no cotidiano de suas lutas por reconhecimento social. Paradoxalmente, apontaram também, as condições de vulnerabilidade em que esses trabalhadores/as se encontram e o desafio de construir novas práticas sociais que reafirmem acesso a direitos e oportunidades, cidadania e reconhecimento social.

Palavras-chave: Trabalho; Desigualdades; Economia Solidária; Cidadania.

Abstract

This article discusses, considering the principles and values of the solidarity economy, the pedagogy of work associated as an educational principle and analyzes the experiences and experiences of waste pickers in their struggles for work, socio-political recognition, and citizenship. Unemployed male and female workers who, despite the precarious conditions in which they find themselves - and in these pandemic times even more vulnerable -, persist in the search for the right to work and the right to the city. The hypothesis/problem that guided the research was the emergence of work in networks of recyclable material collectors in the national socio-political scenario, the organizational and socio-political processes built, having as a timeframe the years 2000-2015; and in this dawn, understand mobilizing processes built in their struggles for sociopolitical inclusion, citizenship, and recognition. The research was carried out from actions and interventions carried out in partnership with civil society organizations, public managers, and Universities, having as methodological strategies the participation in meetings, direct observation in workspaces, field diary with information record and participant observation. The results showed the strengthening of educational processes, achievements arising from cooperative work and the consolidation

¹ Professora pesquisadora no Departamento de Fundamentos e Métodos da Educação, da Universidade do Estado de Minas Gerais. Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pós-doutora em Psicologia (Psicologia Social /FAFICH/UFMG). E-mail: carlucia.maria@gmail.com.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da FaE/UFG. E-mail: renatasivieromartins@gmail.com.

of partnerships. They also pointed out the conditions of vulnerability in which these workers find themselves and the need to advance in their struggles for rights.

Keywords: Work; Inequalities; Solidarity economy; Citizenship.

Resumen

Este artículo discute, a la luz de los principios y valores de la economía solidaria, la pedagogía del trabajo como principio educativo y analiza las vivencias de los recicladores en sus luchas por el trabajo, el reconocimiento sociopolítico y la ciudadanía. Trabajadores en situación de desempleo que, en condiciones precarias - y en estos tiempos pandemônicos aún más vulnerables -, persisten en la búsqueda del derecho al trabajo y el derecho a la ciudad. La hipótesis/problema que orientó la investigación fue el surgimiento del trabajo en redes de recolectores de materiales reciclables en el escenario sociopolítico nacional, los procesos organizativos y sociopolíticos construidos, teniendo como marco temporal los años 2000-2015; y en así, comprender los procesos movilizadores construidos en sus luchas por la inclusión sociopolítica, la ciudadanía y el reconocimiento. La investigación se realizó a partir de acciones e intervenciones realizadas en conjunto con organizaciones de la sociedad civil, gestores públicos y Universidades, teniendo como estrategias metodológicas la participación en reuniones, observación directa en espacios de trabajo, diario de campo con registro de información y observación participante. Los resultados mostraron el fortalecimiento de los procesos educativos, logros derivados del trabajo cooperativo y la consolidación de alianzas. También señalaron las condiciones de vulnerabilidad en las que se encuentran estos trabajadores y la necesidad de avanzar en sus luchas por los derechos.

Palabras clave: Trabajo; Desigualdades; Economía solidaria; Ciudadanía.

1. INTRODUÇÃO

A exclusão, do ponto de vista epistemológico, é um fenômeno vasto e de difícil delimitação. Um fenômeno multidimensional, que na contemporaneidade vem atingindo tanto os clássicos pobres quanto a novos segmentos de pauperizados, precariamente inseridos no mercado de trabalho. Pobreza e exclusão que não são sinônimos, mas se articulam. Pobreza que não se trata apenas de ausência de renda, mas também ausência de acesso aos serviços públicos, privação do poder e de representação e que de certa forma esbarra no desafio da democracia e da cidadania (WANDERLEY, 1999. p. 17).

No que diz respeito ao mundo do trabalho, nas últimas décadas as novas formas de inserção laboral e ocupacional têm sido marcadas pela instabilidade, precarização e insegurança. Um trabalho sem direitos, a começar pela negação do direito à cidade que no caso dos catadores e catadoras de recicláveis esta realidade se mostra muito presente. Neste universo tão complexo, essa multidão de trabalhadores desempregados engrossam as fileiras das vítimas do modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico, na lógica exclusiva do mercado, na competição e na acumulação.

Olhando o cenário das nossas cidades é visível a presença de catadores e catadoras de materiais recicláveis, cuja realidade denuncia o permanente desamparo social e político em que se encontram. Muitas vezes caracterizados como marginais, na luta pela sobrevivência vivenciam maus tratos físico e mental. A hierarquia e caráter valorativo das profissões se fazem presentes e contribuem para sua hierarquização, cuja questão não é apenas de caráter técnico e social; acarreta também consequências morais e psicológicas relacionadas às subjetividades, respeitabilidade e reconhecimento. Nesta hierarquização, o trabalho realizado pelos catadores e catadoras é uma atividade laborativa desvalorizada, asquerosa, rejeitada e caracterizada, de acordo com Lhuillier (2009), como trabalho sujo. Quanto mais sujo o trabalho, mais sua execução é delegada às categorias profissionais inferiores, pois a sujeira relativa ao impuro aguça o medo da contaminação e, além desses discriminantes, pesam para esses trabalhadores, as condições insalubres do trabalho e a sobrecarga física e psíquica.

A esses trabalhadores sempre lhes foi negado o direito a ter direitos, a começar pelo direito à cidade, sendo-lhes perpetuado a negação do acesso a oportunidades e de participação sociopolítica. Desempregados, desqualificados para as exigências do mercado de trabalho e com baixíssima escolaridade restaram-lhes apenas as ruas, avenidas, marquises e lixeiras. E assim, buscando garantir a sobrevivência diária no recolhimento de materiais recicláveis com seus carrinhos, reconstróem vínculos sociais rompidos e relações de trabalho.

Desprovidos de recursos financeiros, do acesso a bens e serviços públicos básicos se encontram submetidos à exploração de atravessadores que pagam preços reduzidos pelo material coletado, mantendo muitas vezes a prestação de serviços vinculada a dívidas contraídas pelo adiantamento em dinheiro recebido e/ou empréstimo do carrinho destinado à coleta.

Em sua maioria oriundos da população em situação de rua, esses homens e mulheres sobrevivem do que é descartado, sendo muitas vezes confundido com o lixo, e vivenciam situações de violências físicas e/ou simbólicas. São considerados desnecessários e estigmatizados por viverem em condições precárias e subumanas, e com frequência se tornam alvos de operações higienistas, perseguições e/ou eliminações por parte de grupos “armados de base fascista, por vezes com a colaboração ou a conivência da força pública” (RODRÍGUEZ, 2002, p. 339).

No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, esses trabalhadores e trabalhadoras desempregados despontam na paisagem urbana, no final da década de 1980. Dispersos em vários pontos da cidade integravam de forma desorganizada e marginal a economia produtiva

decorrente da catação de materiais reaproveitáveis; eram discriminados e desconheciam o importante papel ambiental que desempenhavam para a preservação do meio ambiente. Com o apoio da Pastoral de Rua, iniciaram processos de organização social e assim, de forma lenta e progressiva, o “lixo” vai se transformando em garantia de trabalho, renda e de capital social.

Fundada em 1990, a Associação de Catadores de Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE), tornou-se a primeira organização de catadores de recicláveis da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Argumentam Jacobi & Teixeira (1997) que em 1993, a gestão municipal da cidade de Belo Horizonte iniciou a implantação do serviço da coleta seletiva e nesta parceria com o Poder Público Municipal, a ASMARE e seus associados são reconhecidos como agentes ambientais prioritários na execução desta política.

A experiência da ASMARE suscitou a formação de outras organizações de catadores e catadoras em Minas Gerais e, no esteio da organização do trabalho coletivo pouco a pouco a formação da identidade do trabalhador da reciclagem se fez presente, a partir do resgate de histórias individuais e lutas coletivas por cidadania. O presente artigo objetiva discutir processos educativos e sociopolíticos construídos pelos catadores e catadoras de recicláveis em Minas Gerais e suas lutas por trabalho, reconhecimento sociopolítico e cidadania. Trabalhadores e trabalhadoras desempregados que não obstante as condições de precariedade em que se encontram - e nesses tempos pandemônicos³ mais vulnerabilizados ainda -, persistem na busca do direito ao trabalho e no direito à cidade. Uma realidade em que mulheres, pretos e jovens são as maiores vítimas.

A hipótese/problema que norteou esta pesquisa foi o despontar do trabalho em redes de catadores/as de materiais recicláveis no cenário sociopolítico nacional, os processos organizativos e sociopolíticos construídos, tendo como marco temporal os anos 2000–2015. Neste despontar, compreender os processos mobilizadores construídos em suas lutas por inclusão sociopolítica, cidadania e reconhecimento.

No presente trabalho foram adotadas as seguintes estratégias de pesquisa: observação participante em momentos de triagem nos galpões e observação direta em reuniões ordinárias de associações de catadores, do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte (FMLC) e do Fórum Estadual Lixo e Cidadania (FELC); diário de campo para registro de informações e

³ Vale destacar aqui, que a pandemia do COVID-19 escancarou as desigualdades historicamente presentes e aprofundou ainda mais situações de pobreza e exclusão. Esta pandemia vem produzindo repercussões em escala global, e no Brasil, as desigualdades estruturais antes já existentes, trazem consigo repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias.

observações; participação em eventos formativos, organizativos e festivos. A realização de entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes de organizações de catadores integrantes, no período entre abril de 2013 a abril de 2015 foi também um importante instrumento para a coleta de dados. Participaram das entrevistas vinte e sete catadores e catadoras associados em oito associações e cooperativas.

Além de uma breve introdução e a conclusão, o artigo está estruturado em três partes. A primeira, à luz dos princípios e valores da economia popular solidária, discute a pedagogia do trabalho associado de catadores e catadoras de recicláveis como princípio educativo, as interações sociais construídas em diferentes âmbitos e seus processos de socialização, cidadania e reconhecimento social. A segunda, narra a trajetória de organizações de catadores de recicláveis, suas demandas por direitos, inclusão socioproductiva e políticas públicas de fomento à coleta seletiva, e a terceira, apresenta uma reflexão sobre a pedagogia do trabalho associado desses trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas por trabalho, cidadania e reconhecimento social.

2. O TRABALHO DE CATADORES E CATADORAS DE RECICLÁVEIS COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E SEUS PROCESSOS SOCIOPOLÍTICOS EM BUSCA DE CIDADANIA E RECONHECIMENTO

A difusão do trabalho associativo no Brasil, segundo Leite (2009) ocorreu nas últimas décadas do século XX, frente à crise do trabalho assalariado, cuja crise motivou a mobilização “de trabalhadores que perderam seus empregos e que não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho, ou ainda, por aqueles que sempre viveram na informalidade” (LEITE, 2009, p. 32). É também neste cenário que práticas associativas reconstituem o laço social, agora regulado sob outras bases, identidades socioprofissionais e novo contrato social que, de acordo com Kemp (2008), o pertencimento social, fortalecimento de vínculos sociais rompidos e do trabalho coletivo assumem formas inéditas de práticas associativas.

À luz dos princípios da economia solidária, o trabalho associado propõe em suas práticas e saberes, contrapor o discurso do empreendedorismo como modelo ideal de trabalho produzido pelo sistema neoliberal, que preconiza o trabalho individual e por conta própria como sinônimo de sucesso⁴. Contrariando esta falácia, a economia solidária tem, no seu cerne, o trabalho associado, a produção coletiva e processos de emancipação social, que possibilitam desenvolver

⁴ Frequentemente os trabalhadores por aplicativos (Apps), têm sido destacados como sinônimos de sucesso e de empreendedorismo fortalecendo assim, a ideia de autonomia a partir da máxima do “faça o dinheiro que quiser e do seu jeito”. *Grifo nosso*.

novos sentidos, maneiras de pensar e de se relacionar com o mundo do trabalho e este como lócus do diálogo, das trocas de saberes e de produção coletiva.

Nesse sentido, a economia solidária busca resgatar o sentido do trabalho, a relação do ser humano com a natureza e nesta relação homem-natureza, o trabalho torna-se categoria fundante; ou seja, ao transformar a natureza para suprir suas necessidades, os homens e mulheres se transformam e se tornam-se um ser histórico e social. Portanto, nesta lógica protagonizada pela teoria marxiana, fica patente a importância e necessidade de se pensar o projeto histórico que se quer construir, recordando de que o ser humano não nasce pronto e acabado. Neste tornar-se progressivamente ao longo da vida, sua humanização não acontece de forma linear; ela é construída no processo de produção de sua existência, por meio do trabalho e nas relações sociais determinadas por ele.

O trabalho coletivo é produtor de novos conhecimentos. Freire (2014) afirma que no trabalho os homens e mulheres transformam o mundo e, dessa forma, transformam-se a si mesmos. Nesta mesma direção, Tiriba e Fischer (2009) argumentam que as situações de trabalho se constituem em espaço de aprendizagem e de novas formas de relações sociais, uma vez que a cultura do trabalho é tecida no cotidiano do processo autogestionário. E, dessa forma, portanto, é possível se desenvolver um compromisso com a construção de uma sociedade em que prevaleça a hegemonia do trabalho sobre o capital. Sendo assim, pergunta-se: por que o trabalho pode ser visto como um lugar onde se aprende?

Para Tiriba e Fischer (2009),

O que se vivencia deixa marcas éticas, políticas culturais e existenciais, além de inúmeros saberes. Coletivamente também se vivenciam modos de ser, produzir e de se reproduzir material, social e culturalmente. Nessas vivências, vão se criando saberes e tradições de um grupo, instituição, povo ou classe social (TIRIBA, FISCHER, 2009, p.3).

As “iniciativas do associativismo econômico emergem justamente por se tratar de uma resposta muitas vezes de urgência, ao grave problema do desemprego” (KEMP, 2008, p. 23), e nesse sentido, as iniciativas de economia solidária ganham visibilidade, uma vez que tem no seu cerne “o desenvolvimento de mecanismos de solidariedade interna voltada para a democratização das formas de organização do trabalho e da distribuição da renda, por meio da coletivização do lucro” (KEMP, 2008, p. 26). A lógica da eficiência nesses empreendimentos difere da lógica do mercado.

2.1. “A VIDA ME FEZ UM PAPELÃO E EU FIZ DO PAPELÃO A MINHA VIDA!”⁵

Historicamente invisíveis aos olhos do poder público, catadores e catadoras de recicláveis, na década de 1990, iniciam processos organizativos em associações e cooperativas e ganham visibilidade nacional e internacional, ao fundar em 2001, o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR). A fundação do MNCR ocorreu durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que em Brasília (DF), reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras e teve como documento final a Carta de Brasília.

Na memória desses trabalhadores está muito presente as conquistas sociais e políticas que marcaram os inícios dos anos 2000. Afirmam que o trabalho por eles realizado ganhou visibilidade a partir dos Fóruns Lixo e Cidadania, em 1999, e a fundação do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis – MNCR, em 2001, marcando assim, novas conquistas no acesso a políticas de inclusão social e econômica. Dentre essas conquistas, destacam o reconhecimento, em 2002, da profissão Catador de Materiais Recicláveis pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a instituição do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais recicláveis (CIISC)⁶, em 2003; e em 2006, o Decreto nº 5940/2006 que institui a Coleta Seletiva Solidária⁷. Em 2007, é promulgada a Lei 11.445/2007⁸ e em 2010, a Instrução Normativa Nº 1⁹, a lei nº 12.305/2010¹⁰, e Decreto nº 7.404/2010¹¹, marcam a consolidação da política nacional de resíduos¹².

Esta consolidação do marco legal da Política Nacional de Resíduos Sólidos, na avaliação do MNCR é também mais um passo importante na conquista de novos direitos e reconhecimento. Avanços e conquistas constatados nesta década que afirmam a dignidade do trabalho exercido a céu aberto, em horários variados, exposto às variações climáticas, riscos de acidentes na manipulação do material e/ou acidentes de trânsito, sem contar os casos de

⁵ Frase dita por um catador durante a realização de uma oficina formativa.

⁶ Em 2020, no Governo Bolsonaro o decreto nº 7.405/2010 foi revogado pelo Decreto nº 10.473/2020.

⁷ Por este decreto as instituições públicas destinam o material reciclável à Cooperativas de Catadores.

⁸ A promulgação da Lei 11.445, em 2007, pela qual é permitido ao poder público municipal, a contratação de cooperativas de catadores de recicláveis, com dispensa de licitação para coleta de resíduos sólidos nos municípios.

⁹ Dispõe critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.

¹⁰ A Lei nº 12.305/2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e por meio desta lei o catador de recicláveis é reconhecido como integrante da gestão dos resíduos.

¹¹ Pelo Decreto nº 7.404/2010 é instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, criado o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e regulamentada a Lei nº 12.305/ 2010.

¹² No Governo Bolsonaro o decreto nº 7.405/2010 foi revogado pelo Decreto nº 10.473/2020.

submissão à violência urbana. Importante salientar que embora o marco legal tenha sido um passo importante, a pandemia da Covid-19 tem impactado com muito mais veemência a vida desses trabalhadores, atingindo-os de modo mais intenso, uma vez que o trabalho da reciclagem “apesar de ser classificado como ocupação brasileira -COB 5192-5, a profissão não foi reconhecida oficialmente” (BASTOS, 2021, p. 124).

As interfaces construídas pelos catadores e entidades de apoio e fomento parceiras possibilitaram a participação nos espaços públicos, sendo realizadas no Fórum Municipal da População de Rua, no Fórum Estadual Lixo e Cidadania e no Comitê Intersetorial da Política de População de Rua de Belo Horizonte. Nessas reuniões, além de representações das organizações dos catadores estavam presentes outras instituições e órgãos do poder público estadual, tais como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Diretoria Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, a Fundação Estadual do Meio Ambiente, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Este trabalho político mobilizador tem sido desenvolvido em parceria com universidades e organizações da sociedade civil, dentre eles, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais, o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, a Pastoral de Rua e o Movimento Nacional dos Catadores em Minas Gerais. Importante ressaltar ainda, a participação nas audiências públicas realizadas na Câmara Municipal de Belo Horizonte¹³ e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Neste conjunto de ações e mobilizações, pautadas em metodologias participativas e lúdicas, as ações mobilizadoras pela coleta seletiva e contra a incineração chamam a atenção da população para o problema dos resíduos sólidos urbanos e seus desafios. Coleta de assinaturas, manifestações e audiências públicas, além de vários seminários foram realizados, e assim, a Campanha Nacional contra a Incineração ganha força também na RMBH e em outras regiões do Estado de Minas Gerais e como resultado desta campanha, o Projeto de Lei Nº 4.051/13, que proíbe tecnologias de incineração no Estado de Minas Gerais, foi aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Sabe-se que o dispositivo legal não garante sua materialidade e efetivação, no entanto, neste debate e embate, essas lutas foram se transformando em ferramentas formativas e informativas, no que diz respeito à vida e trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Processos organizativos e políticos que aprimoraram a

¹³ Essas audiências foram realizadas, devido a incidência de envenenamentos e perseguições aos artesãos de rua e vendedores ambulantes pelos fiscais da PBH.

capacidade de negociação, melhoraram a renda dos associados e as condições de trabalho nos empreendimentos

Interessante observação de Lima et al (2011) ao destacar que a coleta seletiva não pode ser vista como uma etapa isolada da cadeia produtiva da reciclagem e, como tal, requer investimentos integrados. Ou seja, demanda investimento na educação da população para separação de materiais, no desenvolvimento de condições de trabalho e infraestrutura adequada para a triagem e beneficiamento, como também no desenvolvimento de mercado para venda dos materiais. O trabalho associado e coletivo é uma ponte na qual se articulam informações, saberes, capacidades. Torna-se um espaço de articulação política e de formação, contribuindo assim, para o fortalecimento dos homens e mulheres integrantes deste trabalho em redes de produção e de comercialização. Essas iniciativas sociais e populares, embora frágeis e incipientes, precisam ser valorizadas, ampliadas e reconhecidas, pois “resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas” (SANTOS, RODRIGUEZ, 2002, p. 26).

Dando voz a esses trabalhadores e trabalhadoras, percebe-se nos seus relatos o impacto e significado dessas experiências de trabalho cooperado. Os ganhos e conquistas são cada vez mais valorizados por aqueles que em muitas situações experienciam a negação do ser e do viver. O acesso à moradia, a oportunidade de representar a associação e/ou participar em eventos educativos ou sociopolíticos, a melhoria nas condições de vida e do trabalho, dentre outras conquistas, são amplamente celebrados. É o que podemos constatar nos depoimentos dos entrevistados.

Conquistas são muitas. Tenho minha casa, antes eu morava com as minhas filhas e cada uma com seus sete filhos. A gente catava na rua e sempre tinha as empresas que doavam pra gente. [...] Antes eu era desligada, eu não envolvia. Eu só catava e vendia pra Associação e a Associação vendia pra fora então. Hoje é diferente! A gente trabalhava junto, vende pra fora e divide o dinheiro. Melhorou bastante, porque agora a gente é mais valorizada. Quando a gente passava, eles diziam olham o lixeiro. Antes quando a gente estava com essa camisa [da Associação] eles não recebiam a gente bem. Aí eu dizia: eu não roubo, não. Agora a gente é mais valorizada. Antes a gente era chamada de lixeiro, agora não, eles respeitam o direito da gente. Agora quando eles veem a gente com essa camisa, eles valorizam mais a gente (CATADOR ASSOCIADO DA ASTRAPI, ENTREVISTADO “A”)¹⁴.

Outros entrevistados disseram:

Conquistas? Ah! A autoestima. Naquele tempo ninguém tinha. Todos os catadores que se encontravam na Associação tinham perdido a cidadania completamente. A Pastoral foi o primeiro órgão a nos enxergar na rua. Hoje a gente tem a nossa casa, tem sua

¹⁴ Entrevista realizada no dia 08 de agosto de 2013.

família, tem creche onde podemos deixar nossos filhos. Tem cidadania! O que é cidadania? Cidadania é ter direitos, né? Ter direitos e deveres, ser respeitado e respeitar, né? Ter moradia e trabalho, porque sem casa e sem moradia você não é cidadã. Porque sem casa, se você mora na rua, você não é uma cidadã (CATADORA ASSOCIADA DA ASMARE, ENTREVISTADA “G”)¹⁵.

A saída dos lixões foi também citada como uma grande conquista. Isso foi perceptível em depoimentos de vários catadores. É o que podemos perceber nos depoimentos abaixo:

Nunca trabalhei de carteira. [...] A gente trabalhava no lixão sem nenhuma perspectiva. A gente tá numa luta muito grande. Ai a gente trabalhava com tudo; a diferença é que lá a gente tirava tudo, as pessoas trabalhavam lá e moravam lá. Se eu estivesse lá ainda eu não sei se estaria vivo, pois a fumaça é muito toxica. Agora a gente deu uma reconstruída. A gente trabalha [na coleta materiais recicláveis] nos fóruns, as empresas participam, os condomínios, Temos o apoio o INSEA. A luta é muito grande. O trabalho com a população vai trazendo experiência. Mas é assim mesmo, o trem vai e volta! (CATADOR ASSOCIADO DA ASCAP, ENTREVISTADO “A”)¹⁶.

Relatos de experiências que retratam memórias, vivências e experiências, ressignificadas na atualidade marcada por tempos sombrios. A Lei 12.305/2010, que institui a PNRS perde espaço cada vez mais na agenda governamental e o tempo presente é marcado por retrocessos, negacionismos e perdas de direitos. Além da degradação ambiental e ausência de políticas públicas, o trabalho da coleta seletiva e reciclagem solidária são ameaçados, frente ao anúncio de investimento financeiro destinado à incineração. Exemplo disso é o edital de Chamada Pública Nº 1/21, do Programa Lixão Zero¹⁷. A medida foi publicada pelo Diário Oficial da União, em abril de 2021, fruto do acordo substitutivo¹⁸ firmado entre a Vale do Rio Doce e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) relativo ao rompimento da barragem da Mina do Feijão, de Brumadinho¹⁹.

2.2. CATADORES E CATADORAS DE RECICLÁVEIS E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

¹⁵ Entrevista concedida em 17 de julho de 2013.

¹⁶ Entrevista realizada no dia 21 de outubro de 2013.

¹⁷ O Ministério do Meio Ambiente, por meio desta chamada pública prevê investir cerca de R\$ 100 milhões para a gestão dos lixos sólidos, por meio da implantação de usinas para produção de Combustível Derivado de Resíduos Urbanos (CDRU).

¹⁸ O acordo estabeleceu que o pagamento de R\$ 250 milhões pelas infrações fosse convertido e aplicado em ações ambientais em Minas Gerais.

¹⁹ GOULD, L. Vídeo | Retrocessos e ataques à democracia: governo Bolsonaro completa 500 dias. Brasil de Fato, São Paulo (SP), 15 de Maio de 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/15/video-i-retrocessos-e-ataques-a-democracia-governo-bolsonaro-completa-500-dias> Acesso em 27 ago. 2021.

Estudos desenvolvidos por Martins (2017) analisam os impactos associados à concepção da dimensão do trabalho como princípio educativo. O estudo feito teve como referência principal o trabalho de catadores e catadoras, organizados em associações e cooperativas, sendo possível verificar o quanto o trabalho associado possibilita o crescimento no sentido de aprendizados e de transformação social e cultural. Nesta mesma direção Tiriba e Fischer (2009) argumentam que o trabalho como princípio educativo também contribui para ampliar a identidade e reconhecimento enquanto povo e classe social. Esta proposta ajuda a compreender a importância do processo denso de educação popular, em que as dimensões educativas e a organização política vão se desenvolvendo de forma orgânica e complementar. Os aspectos derivados da organização econômica solidária auxiliam no pensamento de um conhecimento grupal, que é acumulado de modo sistemático e é indispensável para o processo de resistência coletiva, mas, principalmente, de construção coletiva.

No enfrentamento da pobreza, o urbano e o social são articulados. Exige um conjunto importante de ativos favoráveis ou fatores/condições; ou seja, acesso a bens e serviços públicos de qualidade, redes de serviços que de fato constituam proteção, organização social, cidadania, reconhecimento. Neste sentido, reconhecimento e cidadania são conceitos idênticos? Para Silva (2000), embora haja interseção entre ambos, os conceitos não são idênticos e não se confundem: se complementam. O status de cidadania é alcançado quando grupos ou pessoas, sentindo-se excluídas, se organizam e se mobilizam por acesso a direitos. E direitos não apenas vinculados à redistribuição em vistas de superar a injustiça econômica, mas também, na superação da injustiça cultural e/ou simbólica. Portanto,

[] o conceito de cidadania pode comportar tanto a dimensão genética (de ser conseguida por meio da luta dos oprimidos), quanto a normativa (uma vez que ela contém noções intuitivas de justiça e aponta para o ideal de uma sociedade justa, composta por cidadãos autônomos). Portanto, no que se refere a esses dois aspectos pelo menos, é possível afirmar que existem elementos comuns entre as noções de cidadania e de reconhecimento (SILVA, 2000, p. 129).

O debate acerca do conceito de cidadania tem sido um dos mais antigos da história intelectual do Ocidente e continua presente nos debates contemporâneos. Remete à concepção de direitos, pertencimento, participação, integração sociopolítica, aceitação de valores comuns e negação das desigualdades. De acordo com Silva (2008) e Silva (2000), tem como fio condutor os desafios colocados frente aos problemas socioeconômicos e políticos e, por isso, torna-se referência importante na discussão de outras questões relevantes para a teoria social e objeto de conflitos sociais.

Bryan (1997) chama atenção para a dimensão social da cidadania e faz referência a “um conjunto de direitos e obrigações que contribua para uma participação igualitária de todos em seus padrões básicos” (BRYAN, 1997, p. 6). Ainda sobre esta questão, destaca a necessidade de ações eficazes que reduzam as desigualdades e possibilitem aos membros de uma determinada comunidade, compartilhar padrões básicos de vida e de cultura, protegidos da insegurança econômica e das diferentes formas de dependência. Afirma que a natureza da sociedade social afeta a qualidade da cidadania civil e a cidadania política, pois uma cidadania civil frágil pode prejudicar o desenvolvimento da cidadania política, ainda que exista democracia formal. Argumenta, ainda, sobre o dilema em conciliar cidadania social e provisão estatal, pois a dependência de tal provisão ameaça às liberdades civis e políticas uma vez que cria relações clientelistas e dependentes. Políticas sociais que não são politicamente neutras, pois “estratificam as sociedades de diversos modos e servem de base a coalizões políticas de governos” (BRYAN, 1997, p. 9). Portanto, fica patente que mais do que desarticular formas antidemocráticas no exercício do poder, tornam-se urgentes mudanças nas práticas e crenças referentes a direitos e obrigações civis.

Para Honneth (2009), nas lutas por reconhecimento, os sujeitos ou grupos afirmam qualidades, concretizam ações e reafirmam credibilidade. Padrões intersubjetivos de reconhecimento marcados pela identidade moral, consciência de reciprocidade e compromisso na ação coletiva. Esta interação entre interesses individuais e coletivos possibilita uma cadeia de ideais normativos, e simultaneamente, fortalece a relação coletividade e autonomia. Os valores particulares se universalizam e ganham dimensões comunitárias. E a partir da experiência de sujeitos sociais, a experiência consolidada em nível pessoal e coletivo, possibilita articular neste debate conflito social e teoria crítica.

Reconhecimento a partir de Honneth (2009), fundadas em relações primárias, associadas ao amor e à amizade; relações legais, identificadas como direitos e a solidariedade enquanto comunidade. Relações sociais e afetivas por meio das quais ocorrem “a prática do indivíduo com o self [...] definidas respectivamente como autoconfiança básica, autorrespeito e autoestima” e sem as quais não há possibilidade de formação da identidade e autonomia dos indivíduos. Relações construídas e mantidas nas lutas sociais, que na verdade não se trata de conflitos de interesse, e sim, lutas por reconhecimento motivadas pela negação de direitos e respeito, que além de ser uma ameaça à dignidade é também ameaça à integridade física e social. Na medida em que tais experiências negativas saiam do âmbito individual e expressem uma experiência coletiva e

compartilhada, emerge aí o potencial para uma ação coletiva em vistas de reconhecimento. Uma interrelação não somente adquirida, mas também mantida “mediante o reconhecimento de outros”, ou seja, de “relações intersubjetivas de mútuo reconhecimento” (SILVA, 2008, p. 125).

De acordo com Martins (2017), o trabalho como princípio educativo possibilita às organizações de catadores/as de recicláveis compreenderem que, neste trabalho, reciprocamente ensinam e aprendem, e nesta troca de saberes, o trabalho adquire valor social, cultural, econômico e ambiental. Esses trabalhadores e trabalhadoras sabem de questões ambientais; de física e química; a importância da mobilização social; o quão necessário é pensar na infraestrutura e logística de um programa de coleta seletiva nas cidades; que cada trabalhador e trabalhadora tem um processo diferenciado na produção do trabalho. Portanto compreendem as questões das relações interpessoais; aprendem que a gestão e a autogestão é fundamental para a boa organização do trabalho. Enfim, um aprendizado diário, enriquecimento mútuo e conhecimento adquirido no cotidiano de suas práticas, pois

[...] é muita separação, né? Mas hoje eu peguei. Agora acho fácil, muito fácil! Então é uma coisa, que é o que falo, manda muito é a ideia das pessoa, né? [...] A gente explica pra eles o que recicla o que não recicla. [...] O problema que a sociedade não reconhece também é porque não tem como fazer uma campanha 100%, que o caminhão não dá conta. Porque se fizé uma campanha 100%, aí isso aqui transborda. Pra isso precisamos de mais gente, mais caminhão, mais recursos. [...] Melhorou bastante, mas teria que melhorar mais, [...]. O que a maioria decide é aquilo que vai ser agora. Tem que ter a participação de todos. [...] A gente tem muitos conflitos, mas eu dentro do Projeto aprendi muita coisa voltado para esta questão de trabalhar em equipe, de trabalhar em grupo e eu trago isso para o pessoal, hoje eu sinto a mudança” (MARTINS, 2017, p. 89-90).

A experiência do trabalho cooperado evidencia que esses trabalhadores e trabalhadoras vão tecendo conhecimentos multidisciplinares e esses saberes são repassados para os novos trabalhadores que chegam no empreendimento. Saberes que também são incorporados enquanto lutas por reconhecimento social e socializados nas atividades da coleta seletiva e educação ambiental que realizam nas escolas. Este compartilhamento de conhecimentos, saberes adquiridos e repassados estão muito presentes em seus relatos e neles a alegria do aprendizado, além disso, fortalecem nesses trabalhadores consciência de cidadania e de reconhecimento social.

[...] A gente explica pros outros o que tem valor e o que não tem, o valor do serviço também, do meio ambiente e tem muita gente que não dá valor no serviço do que tira lá do meio ambiente. [...] Tem muita gente que não dá valor no serviço. No que tira lá do aterro. Já pensou se isso fosse jogado no rio? É um serviço que tá ajudando o meio ambiente. [...] Com muitos poucos dias eu peguei o jeito. Triava, separava e não sabia nem o nome. Eu aprendi isso aí. É trem demais. Isso aí foi novo pra mim. Eu aprendi isso. Eu comecei assim... a querer demorar um pouquinho nos nomes do material, mas foi com o tempo eu acostumei. HOJE EU SEI” (MARTINS, 2017, p. 89).

Nesta forma de trabalho, a solidariedade acontece na troca entre os trabalhadores e trabalhadoras, bem como nas ações de educação ambiental. E nessa troca, a comunhão e a empatia se fazem presentes, mesmo que por vezes seja sem nenhuma consciência do ato em si, mas é um valor importante a ser destacado, uma vez que ela difere do processo que acontece no sistema capitalista que produz competição e coloca trabalhadores e trabalhadoras como concorrentes no espaço de trabalho.

[...] Os próprios catadores, ali no momento que a gente tava fazendo o processo de trabalho, aquilo que a gente não sabia eles insinuava, falava sobre as questões dos materiais. O próprio grupo foi ensinando. O seu Paulo me ensinou a trabalhar na prensa (MARTINS, 2017, p. 90).

Em tempos de comemorações do Centenário de Paulo Freire, a experiência dos catadores de recicláveis reafirma, mais uma vez, a educação freireana. Esses trabalhadores e trabalhadoras comprovam que “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la...” (FREIRE, 2014, p. 38). Isto foi possível observar na experiência desses trabalhadores e trabalhadoras ao relatarem, com profunda convicção, que são capazes de gestar e gerenciar o trabalho que realizam e o fazem de modo mais eficiente do que uma empresa contratada pelo poder público, para prestar o serviço de coleta seletiva no município. Portanto, no trabalho associado e autogestionário proposto pela economia popular solidária, é possível afirmar que os trabalhadores são capazes de construir processos de novos aprendizados e de resgate do que eles já sabem. Percebe-se que esses sujeitos sociais, associados nas cooperativas e associações, por meio desta forma de trabalho tornam-se protagonistas de uma nova história. Dito de modo diferente, saem da alienação e do lugar de submissão em que foram colocados, adquirem uma nova mais crítica da realidade e nova visão de mundo. Sujeitos e protagonistas cujas ações e intervenções se dão para além do previsível.

Para Peixoto Filho (2003) é preciso formar para uma atitude crítica diante do processo de exploração e dominação, e isso possibilita ainda oferecer elementos que possam subsidiar na luta por emancipação e as lutas podem ser formativas. As atividades formativas possibilitam a conscientização dos sujeitos.

Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente: greves, manifestações de protestos, reuniões de comunidades eclesiais de base, ocupações de terra visando à reforma agrária e muitas outras. Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos [...] As lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo autoritárias (SINGER, 2002, p. 22).

A economia solidária e sua proposta tem um papel importante para o mundo do trabalho, uma vez que seus valores e princípios contestam a lógica da ordem econômica e social vigente. Dialogando com Freire (2005), esta ampliação de leitura do mundo faz com que os sujeitos tenham uma visão do todo, ou seja, do contexto social, econômico e político. Picanço e Tiriba (2004) afirmam que, “no processo dialético de fazer, pensar, criar e recriar o mundo, também para os tecelões da economia popular solidária, o trabalho é princípio educativo e, ao mesmo tempo, [...], é possível fazer germinar embriões de uma nova cultura do trabalho” (PICANÇO, TIRIBA 2004, p. 29). Portanto, o trabalho realizado sob os princípios e valores da economia solidária possibilitam novas formas de relacionar-se, de ver a vida e de germinar “outro mundo possível”!

3. **“CAMINHAR É RESISTIR E SE UNIR É RECICLAR”²⁰: CONTRADIÇÕES, FRAGILIDADES E AMBIGUIDADES ENTRE O DESEJÁVEL E O POSSÍVEL**

As questões relativas ao trabalho estão relacionadas às condições básicas na conquista de autonomia e cidadania. Mas como garantir essa autonomia, se a maioria dessas organizações de catadores se encontram em condições de precariedade e dependentes de aportes públicos e/ou privados? Exemplo claro são os galpões - principal espaço de trabalho dessas associações. A maioria desses espaços são cedidos ou alugados pelas Prefeituras ou instituições da sociedade civil e assim, a associação fica dependente, refém da “boa vontade” do poder público municipal. Houve relatos de que, com muita frequência, os catadores e catadoras são forçados a interromper o trabalho de triagem, devido ao fato de que a Prefeitura, sob a justificativa de reduzir despesas ou por falta de recursos, rescinde o contrato de locação. Isso ocorre, sobretudo, no início de mandatos. Os contratos não são renovados até que os novos prefeitos assumam a administração municipal e tomem pé da realidade situacional em todo o município. Muitos, inclusive, voltaram para os lixões.

Além da dependência do galpão, contam com o apoio da Prefeitura para o pagamento de luz, água, vale-transporte, bem como no acesso ao caminhão para a coleta dos resíduos. O caminhão é um instrumento fundamental no traslado dos resíduos. Quando a Prefeitura disponibiliza o veículo e seu condutor um outro problema aparece, pois é imposto um rigoroso controle e limite da quilometragem semanalmente disponível para o trabalho da coleta, fato que acaba inviabilizando que os catadores atendam plenamente os serviços de coleta seletiva e

²⁰ Xote da Marcha do Povo, Canto popular, música de Dimir Viana (MNCR, 2007).

garantam o cumprimento da agenda no recolhimento dos resíduos em empresas e/ou grandes geradores.

Dificuldades são muitas! Uma delas é fazer o nosso trabalho. O caminhão é disponibilizado pra nós só terça e na sexta, aí a gente tem que fazer o máximo para não deixar nenhum ponto para trás. A Prefeita reduziu a quilometragem do caminhão. Diz que é pra reduzir gastos. Aí, deu a quilometragem, o motorista vai embora. Aí a gente conversa com o gerador. A gente tem que calcular aonde vai pra não estourar o que a gente pode gastar no dia. Na semana tem só 140 km pra rodar e a gente tem que ir equilibrando (CATADORA ASSOCIADA DA COOMARRIM, ENTREVISTADA “A”)²¹.

Dilemas e desafios entre o uso e apropriação desses aportes, enquanto política pública nos serviços de limpeza urbana, que transitam entre a dependência econômica e barganha política do poder público local. Ainda relacionado aos desafios colocados, na visão dos catadores a coleta seletiva se encontra sob ameaça e para que seja efetiva, exige educação ambiental e compromisso de todos – governos, indivíduos e sociedade; todos unidos, a partir de ações coletivas, pois “muitas pessoas não sabem e nem conhecem o trabalho dos catadores e pensam que limpeza urbana é um problema somente da Prefeitura”²².

Estudos²³ apontam que entre os catadores e catadoras de materiais recicláveis, se fazem presentes um número significativo de trabalhadores e trabalhadoras com baixa qualificação. Dentre eles, a maioria são afrodescendentes e, no caso das mulheres, muitas delas são beneficiárias titulares de programas governamentais de transferência de renda, sendo o Bolsa Família o principal deles. Muitos já trabalharam em restaurantes, padarias, lanchonetes e varrição de vias públicas. De acordo com Silva (2019), as mulheres já trabalharam como faxineiras, diaristas ou empregadas domésticas sem carteira assinada, tendo vivenciado no trabalho relações marcadas pela exploração, desrespeito e humilhação. Uma parcela significativa da população brasileira, historicamente excluída, que além da busca de resultados econômicos e outros benefícios constroem novas sociabilidades e experiências de trocas simbólicas.

A sobrevivência desses catadores e catadoras é precária e dependente de aportes públicos e privados, demandando, portanto, ações convergentes e complementares. Muitas vezes vivendo de doações e ajuda externa, esses trabalhadores e trabalhadoras denunciam o descaso dos governos, a ausência de políticas públicas de fomento, bem como a real observância da responsabilidade social das empresas, de modo a contribuir efetivamente para a superação

²¹ Entrevista realizada no dia 08 de novembro de 2013.

²² Entrevistado MNCR “C”. Entrevista realizada em 18 de julho de 2013.

²³ Cf. Singer (2002); Georges e Leite (2012; Leite (2011) e Neves (2012), dentre outros.

histórica da pobreza e exclusão. Faltam-lhes políticas de financiamento que fomentem a logística, impulsionem a produção, as redes de comercialização e oportunizem assessoria e apoio logístico-institucional. Estas são algumas das condições essenciais para garantir que a autogestão e outros princípios da economia popular solidária atinjam seus objetivos e metas, e consequentemente, reduza desigualdades, supere tensões entre o possível e o desejável e garanta as bases de sustentação desse novo jeito de fazer economia. Sem isso, a capacidade dessas iniciativas para atacar os problemas sociais é pequena, ficando assim, restrita à esfera da comunidade local.

3.1. NOVAS SOCIABILIDADES, NOVA CULTURA POLÍTICA?

A experiência dos catadores de recicláveis na RMBH evidencia padrões de solidariedade social e participação cívica? De acordo com Putnam (2006), a atenção que possibilita efetiva conexão entre vida social e política, o que é extremamente diverso de ignorância e alienação, bem como a confiança e participação em atividades associativas, são indicadores de capital social. Confiança e participação em associações secundárias ou cívicas, norteadas pelos princípios da horizontalidade nas relações sociais, bem como princípios de igualdade e cidadania. Valores e princípios construtores de uma nova cultura e sociabilidade, cuja elevada reserva de capital social fomentará os grupos tanto no que diz respeito aos ganhos econômicos como também a melhoria da qualidade de funcionamento político administrativo.

Uma autêntica virtude cívica²⁴ contribuirá também para a aquisição da capacidade de análise do desempenho institucional, não somente por parte de governos, mas também, por parte das organizações da sociedade civil. Capacidade para analisar políticas e programas, as quais contribuirão para “identificar as necessidades sociais e propor situações inovadoras” (PUTNAM, 2006, p. 79). E nesse sentido, a capacidade de resolver divergências, alcançar propósitos, ter um bom desempenho exige sensibilidade, eficiência e eficácia, uma vez que o desempenho institucional está fortemente vinculado e relacionado à comunidade cívica²⁵. A comunidade cívica ao fomentar a participação nos negócios públicos contrapõe o familismo amoral, que é a mais expressiva ausência da virtude cívica, pois maximiza a vantagem material e imediata da família nuclear.

²⁴ Por virtude cívica entende-se a busca e reconhecimento perseverante não do interesse individual, particular, mas do bem/interesse público.

²⁵ Por comunidade cívica entende-se “cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (PUTNAM, 2006, p. 30-31).

Juntamente com a participação cívica caminha a busca da igualdade política enquanto regra básica de reciprocidade e participação, igualdade de direitos e deveres em que relações horizontais de reciprocidade e cooperação possibilitam a interação entre iguais. Superando com firmeza e tolerância todo e qualquer sinal de oportunismo e desconfiança, a solidariedade e confiança mútua são reforçadas. Respeito e confiança recíproca, ainda que haja divergências. Estruturas sociais de cooperação, solidariedade e espírito público, aumentando assim a consciência da importância e necessidade de participação política, confiança social e competência cívica. E em tudo isso, o senso de responsabilidade comum e autodisciplina. Tradições cívicas e capital social cuja articulação, integração e agregação de interesses internos e externos acabarão influenciando os resultados práticos e sociais, uma vez que, segundo Putnam (2006), a riqueza e o desenvolvimento econômico não explicam tudo.

Para Putnam (2006), as instituições moldam a política e são moldadas pela história e esta, por sua vez, influencia os resultados porque molda a identidade, o poder e a estratégia dos atores sociais. Nesse sentido, avaliar o desenvolvimento e comportamento de uma instituição humana, bem como as mudanças ocorridas e seus efeitos sobre a cultura exigem tempo e paciência, pois a história também molda a política e o desempenho institucional é condicionado pela história, uma vez que o anteriormente ocorrido influenciará o que virá posteriormente. E assim sendo, o desempenho das instituições é moldado no contexto social em que elas atuam.

As condições de autorrealização dos indivíduos dependem de relações intersubjetivas de reconhecimento mútuo, que perpassam pelas relações primárias, como o amor e a amizade, relações legais universais, na perspectiva de solidariedade, direitos e reconhecimento enquanto comunidade de valores compartilhados. Tais relações são construídas e mantidas nas lutas sociais, que na verdade não se trata de conflitos de interesse, mas busca de reconhecimento social e político, fundamentados no ideal de justiça.

O status de cidadania é alcançado quando grupos ou pessoas sentindo-se excluídas, se organizam para a luta social e lutam pela incorporação de novos direitos. E direitos não apenas vinculados à redistribuição em vistas de superar a injustiça econômica, mas também na superação da injustiça cultural e/ou simbólica. Lutas por reconhecimento motivadas por formas de desrespeito, negação de direitos, exclusão, que além de ser uma ameaça à dignidade é também ameaça à integridade física e social. Na medida em que tais experiências negativas saiam do âmbito individual e passam a expressar uma experiência coletiva compartilhada emerge aí o potencial para uma ação coletiva em vistas de reconhecimento.

Os catadores de recicláveis associados em cooperativas se inserem neste campo e têm demonstrado por meio de suas práticas e conquistas coletivas, um novo olhar em relação a si mesmos. Cresce entre esses trabalhadores e trabalhadoras hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público e, na atividade laboral que desenvolvem, deixa como legado o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos, bem como uma grande contribuição ao meio ambiente. Coletivamente constroem nova autoimagem e se projetam enquanto sujeitos históricos. Há entre eles uma forte consciência ambiental e ecológica e o que para muitos é considerado “lixo”, para esses trabalhadores é matéria prima de ação e reflexão que remete à sustentabilidade e qualidade de vida planetária. Não obstante à sociedade que os categorizam catadores de lixo, recusam esse estigma e se autodenominam de agentes ambientais e parceiros da administração pública no gerenciamento de resíduos. Nesta ressignificação do lixo em ferramenta de dignidade e cidadania, constata-se uma singularidade na reconstrução de sua autoimagem, conquista de novos direitos e reconhecimento social e político.

4. CONCLUSÃO

A formação da identidade do trabalhador da reciclagem, resgatada a partir das histórias individuais e da luta coletiva da categoria apresenta saldos importantes. O princípio básico do trabalho por eles desenvolvido se concentra nas habilidades e conhecimentos acerca da coleta seletiva, da triagem e comercialização dos recicláveis. No entanto, são muitos os desafios a serem enfrentados, desde a pouca habilidade de alguns para o domínio da cadeia produtiva, até o conhecimento insuficiente para a comercialização, resultando, muitas vezes, em exploração por parte de terceiros.

No entanto, percebem-se entre os cooperados fortes evidências no que diz respeito à solidariedade social e participação cívica, tanto no âmbito interno, quanto externo. O crescimento da inserção de catadores de materiais recicláveis através do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) vem mostrando sua crescente capacidade de mobilização e organização, tanto produtiva, quanto político-institucional e assim fortalecem processos de intercâmbio e formação de lideranças.

Iniciativas organizativas e sociopolíticas dos catadores e catadoras associados que apontam um cenário desafiador. A reflexão sobre seus limites, fragilidades e potencialidades neste tempo de pandemia da COVID-19 e de globalização neoliberal os desafiam a encontrar caminhos para desvelar sua existência e sobrevivência, muitas vezes precária, dispersa e fragmentada, cuja

viabilidade e crescimento têm uma forte dependência de aportes sociais e econômicos exigindo processos convergentes e ações complementares dos múltiplos atores.

A partir da realidade desses trabalhadores e trabalhadoras, faz-se necessário analisar suas práticas, compreender suas motivações e organização construída nas relações de trabalho e compreender em que medida essas alternativas de geração de trabalho e renda se configuram como algo “alternativo”. São alternativos à lógica do capital, ou um refúgio frente à crise do emprego? Desafios e contradições que limitam o avanço de processos organizativos e políticos. Um universo de interrogações que se colocam frente aos desafios da realidade. Sem idealizar valores nem dourar a pílula, essas iniciativas têm a árdua tarefa de redescobrir a dimensão cidadã do trabalho e suas implicações políticas, econômicas e sociais, de modo que políticas públicas efetivas, direitos sociais e fortalecimento da cidadania sejam de fato seus princípios reguladores. E assim sendo, possam efetivamente construir novas práticas de produtividade e competitividade, cujo sentido aponte para a reprodução ampliada da vida desses trabalhadores e trabalhadoras em busca de inclusão socioproductiva, cidadania e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

BASTOS, V. P. 2021. Catadores de materiais recicláveis e a Covid-19: impactos no trabalho diante da pandemia. *Campos Neutrais/Revista Latino-americana de Relações Internacionais*, Rio Grande, v. 3, n. 1 p. 118-132, Jan-Abril. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/cn/article/view/13009/8816> Acesso em 28 ago. 2021.

BRASIL. 2007. Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em 24 ago. 2020

BRASIL. 2010. Lei n.º 12.305, de 2 agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. 2010a. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.

SILVA, C. M., MARTINS, R. S. *Memórias e vivências de catadores e catadoras de recicláveis na região metropolitana de Belo Horizonte em suas lutas por trabalho, reconhecimento sociopolítico e cidadania*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v13i1.82685>

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm. Acesso em 30 ago.2021.

BRASIL. 2010b. Decreto n.º 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. 2020. Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020, Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10473.htm Acesso em 30 ago.2021.

BRYAN, R. R. 1997. A dimensão social da cidadania. *RBCS*, n. 33, ano 12.

FREIRE, P. 2005. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. 2014. *Educação e mudança*. 12ª Edição. São Paulo. Paz e Terra.

GEORGES, I. P. H, LEITE, M. P. 2012. Novas configurações do trabalho e economia solidária: democratização, inclusão ou precarização? In: GEORGES, I. P. H, LEITE, M. P. (Org.) *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume: FAPESP.

GOULD, L. 2020. Retrocessos e ataques à democracia: governo Bolsonaro completa 500 dias. *Brasil de Fato*, SP. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/15/video-i-retrocessos-e-ataques-a-democracia-governo-bolsonaro-completa-500-dias> Acesso em 27 ago. 2021.

HONNETH, A. 2009. [4ª Reimpressão, 2021]. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2ª Edição.

JACOBI, P., TEIXEIRA, M. A. C. 1997. Criação do capital social: o caso da ASMARE. *Cadernos de gestão pública e cidadania*. v. 2.

KEMP, V. H. 2008. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In: KEMP, V. H., CRIVELLARI, H. M. T. (Orgs). *Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

LEITE, M. P. 2009. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 31-51, fev. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n69/03.pdf> Acesso em 21 jun. 2020.

LEITE, M. P. 2011. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: OLIVEIRA, R. V., GOMES, D., TARGINO, I (Orgs.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Ed Universitária.

SILVA, C. M., MARTINS, R. S. *Memórias e vivências de catadores e catadoras de recicláveis na região metropolitana de Belo Horizonte em suas lutas por trabalho, reconhecimento sociopolítico e cidadania*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v13i1.82685>

LHUILIER, D. 2009. Travail du négatif - travail sur le négatif. *Education Permanente*. 179/2, p. 39-57. Disponível em: http://www.education-permanente.fr/public/articles/articles.php?id_revue=1697&id_article=1899#resume1899 Acesso em 19 jan. 2013

LIMA, F. P. A., OLIVEIRA, F. G. 2008. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária. In: KEMP, V. H., CRIVELLARI, H. M. T. (Orgs). *Catadores na Cena Urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

MARTINS, R. S. 2017. *O trabalho como princípio educativo: a experiência dos catadores de recicláveis do projeto Novo Ciclo*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação Humana). Universidade do Estado de Minas Gerais.

NEVES, M. A. 2012. Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: LEITE, M. P., GEORGES, I. P. H. *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume: FAPESP.

PEIXOTO FILHO, J. P. 2003. *A travessia do popular na contradança da educação*. Goiânia: UCG.

PICANÇO, I., TIRIBA, L. 2004. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In: PICANÇO, I., TIRIBA, L. (Org.). *Trabalho e educação na Era do pós-emprego: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SP: Ideias & Letras.

PUTNAM, R. D. 2006. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

RODRÍGUEZ, C. 2002. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas recicladoras de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, B. S., RODRÍGUEZ, C. 2002. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SILVA, C. M. 2019. *Mulheres e economia popular solidária: trabalho, inclusão socioproductiva e cidadania*. Curitiba: Appris.

SILVA, J. P. da. 2000. Cidadania e reconhecimento. In: AVRITZER, L., DOMINGUES, J. M. (Org.) *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, p. 123-135.

SILVA, J. P. da. 2008. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume.

SINGER, P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo.

SILVA, C. M., MARTINS, R. S. *Memórias e vivências de catadores e catadoras de recicláveis na região metropolitana de Belo Horizonte em suas lutas por trabalho, reconhecimento sociopolítico e cidadania*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v13i1.82685>

TIRIBA, L., FISCHER, M. C. B. 2009. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, A. D., LAVILLE, J.L., GAIGER, L. I., HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Editora Almedina, 2009.

WANDERLEY, M. B. 1999. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, A. B. (Org.) *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.